

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

QUILOMBO MESQUITA: TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA ÉTNICA

LONGO, Clerismar Aparecido
Mestre/Doutorando em História pela UnB
kalungascleris@gmail.com

RIBEIRO, Maria do Espírito Santo R. C
Doutora em História pela USP
Professora na PUC-Goiás
mariarosacavalcante@gmail.com

Resumo:

Este texto é resultado de uma pesquisa sobre o processo de territorialização da Comunidade Quilombola Mesquita, situada no município de Cidade Ocidental, em Goiás, e suas práticas, saberes e fazeres na manutenção de sua cultura, em especial na produção do marmelo e da marmelada, tomada como um dos vetores de constituição da identidade étnica do grupo. Movidos pelos desejos de liberdade e autonomia, africanos e afrodescendentes que foram submetidos à escravidão nas minas de ouro em Goiás e em outras regiões brasileiras, refugiaram-se nas matas onde se situa hoje a comunidade, lugar onde formaram o Quilombo Mesquita. Após a abolição da escravidão e da escassez do ouro, grande parte do contingente populacional de brancos migrou para regiões litorâneas do Brasil e deixaram muitas das propriedades rurais abandonadas, o que representou, para os quilombolas, a chance de conquistarem a sua autonomia, que historicamente tem sido marcada por inúmeras intempéries, dado os valores negativos atribuídos pelos brancos burgueses – monopolizadores do poder do estado e da economia – aos traços fenotípicos e às peculiaridades culturais dos não brancos, empurrando-os à condição de vulneráveis, minorizados e subalternizados, portanto sem direito de terem direitos.

Palavras-chave: Quilombo Mesquita; Territorialização; Resistência étnica.

A Comunidade Quilombola Mesquita é uma comunidade rural que fica à 8km do que é hoje a Cidade Ocidental, próxima à cidade de Luziânia. Luziânia é a antiga Vila Santa Luzia, que foi fundada em função da exploração do ouro, em 1746, pelo bandeirante paulista Antônio Bueno de Azevedo. No decorrer dos três primeiros anos da fundação da Vila, Santa Luzia recebeu um contingente populacional de pessoas vindas de Portugal e de diferentes pontos do Brasil, ávidos por ouro. Famílias inteiras para lá migraram, o que

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

sinaliza, naquele contexto, o desejo de ali permanecerem. Se estabeleceram ali senhores escravagistas que trouxeram contingentes de negros para serem utilizados como mão-de-obra escrava na mineração (BRAGA e MARTINS, 2011), estendendo àquele lugar a ordem social escravocrata.

A Comunidade Quilombola foi fundada em 1770 por ex-escravos que se rebelaram contra o sistema escravocrata e se refugiaram em áreas de difícil acesso movidos pelo desejo de reconstruírem suas vidas em liberdade.

A comunidade foi batizada com o mesmo sobrenome do antigo proprietário das terras onde se encontram hoje os quilombolas, conforme pesquisa realizada por André Garcia Braga e Roberta Silva Martins (2011), para o relatório de identificação e delimitação da Comunidade Quilombola Mesquita. De acordo com as entrevistas realizadas para o laudo antropológico, há duas versões sobre a ocupação das terras pelos quilombolas: em uma delas, afirma-se que o sargento-mor José Correia Mesquita doou suas terras a três escravas de sua propriedade, dando, assim, origem ao povoado; em outra, afirma-se que essas mesmas escravas arremataram a propriedade. Há um certo consenso local de que as terras teriam sido doadas. O mito de origem da comunidade é construído em torno desse evento. Sobre esse aspecto, pontua Braga e Martins (2011, p. 74-75):

(...) pouquíssimas associações nas lembranças dos moradores faz querer remeter ao passado escravo. O mito de origem é o que marca a descendência histórica narrada pela comunidade. Tudo e todos se originaram a partir deste evento fundador. Não importa, de fato, a condição dos diversos agentes e outros ancestrais. Todos são descendentes das ex-escravas "abençoadas" com a doação. Diga-se, todos possuem um passado associado à liberdade e à aquisição da terra.

(...)

O evento fundador é o que importa para a constituição da identidade do grupo. Mesquita nasce em Mesquita. Seu mito de origem pode ser considerado o real originário, sem qualquer ônus, para sua afirmação étnica - mesmo que se busque um rompimento com o símbolo do cativo, da escravidão. A partir da doação de terras a três escravas emerge todo um grupo.

A memória que os quilombolas, enquanto grupo étnico, querem preservar, funda-se nos desejos de liberdade, de construção da autonomia e do reconhecimento do direito

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

de construírem as suas vidas a partir dos seus modos de pensar, de suas formas de organização social, da sua ligação com a terra e dos significados que dão ao mundo. A memória coletiva tem aqui papel fundamental na construção e afirmação da identidade étnica dos mesquitenses. Quando interpelados sobre suas origens, tradições e identidades, evocam lembranças que remetem sempre ao mito de origem - as três escravas que herdaram as terras da fazenda Mesquita, momento a partir do qual se descortinam as sonhadas liberdade e possibilidade de autonomia.

A memória que foi cultivada durante séculos de existência do Mesquita é claramente, no sentido atribuído por Halbwachs (2013), seletiva. Ao reconstruírem seu passado, cultivam em suas lembranças aquilo que foi significativo e que permanece como valioso para a comunidade, para a sua identidade e formas de organização singulares. O cativo não costuma ser lembrado, exceto em momentos em que, para que seus direitos sejam reconhecidos via políticas públicas, precisam evocar o passado em que seus ancestrais foram submetidos ao cativo. Exceto nestas circunstâncias, a lembrança do cativo é ocultada. Para os mesquitenses, eles não são descendentes de escravos, uma vez que seus antepassados fugiram, e quem foge não é escravo.

A configuração móvel que foi se tornando o território dos quilombolas mesquitenses foi e ainda é objeto de inúmeros conflitos, dadas as conjunturas políticas e econômicas espoliativas e "agressivas" às singularidades étnicas dos povos africanos e afrodescendentes que ali se organizaram enquanto quilombo. Um processo resultante dos princípios, valores e regras eurocêntricos que ordenaram a colonização dos europeus nessas terras, cujas ressonâncias encontramos ainda na atualidade.

Com o esgotamento das minas de ouro, que teve o momento mais crítico a partir da década de 1770 (PALACÍN, 1994), grande parte dos cidadãos de Santa Luzia migraram para outras regiões face às condições econômicas precárias que se configuravam em Goiás. A partir daquela década, sesmeiros abandonavam suas terras ou as doavam aos seus escravos. Muitas fazendas foram abandonadas. O que para a elite era decadência, para os negros que ali permaneceram representava uma espécie de ascensão - a possibilidade de uso da terra e construção de sua autonomia -, porém, dentro de um

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

quadro em que ainda coexistia relações de serventia com os fazendeiros que permaneceram nos arredores. A cultura dos mesquitenses foi se constituindo de forma híbrida, cujas características étnicas, ao mesmo tempo que se tornaram móveis, num imbricamento entre saberes ancestrais e apropriação e ressignificação de aspectos pertencentes a contextos religiosos (o catolicismo), políticos e econômicos aos quais foram inseridos no curso de sua história, vem reafirmando-se por meio de características e marcadores culturais singulares de constituição da identidade que os diferenciam dos não quilombolas (BRAGA e MARTINS, 2017), amalgamando passado, presente e expectativa de futuro.

A religiosidade tem como base o catolicismo popular, e as festividades religiosas são realizadas com base no calendário católico: Festa do Divino Espírito Santo (15 a 30 de maio); Festa de Nossa Senhora D'Abadia (06 a 15 de agosto), com foliões, catira e dança da raposa. A tradição no cultivo do marmelo, produção da marmelada e sua comercialização contribuiu para uma certa autonomia dos mesquitenses, projetando-os no mercado nacional ainda no período colonial, mas ao mesmo tempo eles eram praticamente extorquidos pela cobrança de impostos. A produção e comercialização do doce representa importante marco de resistência e de afirmação da identidade dos mesquitenses, que desenvolveram uma sabedoria, uma ciência, no cultivo do marmelo e na produção do seu doce (BRAGA e MARTINS, 2011), em território que se constituiu por saberes e fazeres que deixaram ali suas marcas quilombolas. Esse território, conforme identificado no laudo antropológico, ocupa uma porção de terras de 4.160 hectares, mas grande parte dele foi fragmentado ao longo tempo, sendo ocupado por grileiros, posseiros ou por pessoas que apresentavam registro de terra.

No início do século XIX, segundo Bertran (1988 *apud* BRAGA e MARTINS, 2011), se prolifera a apropriação de terras por meio da posse, alternativa contrária às determinações legais, quando do estabelecimento da Coroa no Brasil, que tornou as terras suas propriedades, podendo usá-las de acordo com seu interesse. Em 1850, foi criado o Registro Paroquial, o que levou inúmeras pessoas a procurarem os cartórios eclesiásticos para registrarem terras em seus nomes. Afirma Braga e Martins (2011, p. 90) que

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Com o Registro Paroquial, algumas porções de terras seriam requeridas pelos negros como propriedade, mas como o registro de nascimento era um privilégio de poucos, apenas os negros com situação legal, o que incluía a carta de alforria, podiam fazê-lo.

Para os mesmos autores, o contexto político em que se deu os registros das terras não deixou de trazer prejuízos mesmo aos quilombolas aptos a fazer o registro, os quais viviam em semi-isolamento, e por não compreenderem muito bem a lógica e os princípios institucionais que regiam os registros - estranhos a uma cultura com características étnicas agrárias -, foram vítimas de extorsões que se davam por meio da falsificação da documentação. Mesmo diante das dificuldades impostas, os nomes de negros que ocupavam a fazenda Mesquita estavam associados à documentação, somado às tradições orais que evocavam o passado de ocupação, organização social, relação com o lugar e sua territorialização, a herança ou compra de terras pelas três escravas - estreitando vínculos simbólicos entre histórias, saberes, fazeres, tradições e o território onde se tecia a experiência quilombola - se tornaram pontos fulcrais a partir dos quais se buscou a legitimação do território quilombola de Mesquita.

Mesmo antes do declínio do ouro, havia uma rede de solidariedade entre os negros. Negros que fugiram do cativeiro, mesmo antes do declínio do ouro, se agruparam aos negros alforriados, que posteriormente também aceitaram negros que vinham dos arredores de Mesquita, impedidos de permanecerem em seus locais de origem. Nesse sentido, Mesquita se tornou um espaço de conquista e de resistência coletiva. As fronteiras étnicas eram delimitadas por um conjunto de características entre "os de fora", que viam ali um conjunto homogêneo, e "os de dentro", que apesar da heterogeneidade e complexidade das relações que ali se estabeleceram, e diante das conjunturas políticas desfavoráveis a eles, reafirmaram-se por meio de determinados marcadores sociais e características étnicas que substanciavam o direito à terra e de nela permanecerem.

Os agregamentos se davam por trabalho, casamento, trocas e outras tantas formas de inserção comunitária. Esta fronteira é um dado histórico, posto que em Mesquita só se aceitava negros até a segunda

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

metade do século XX - representando também uma forma de manutenção da terra por este segmento étnico. (BRAGA e MARTINS, 2011, p. 92).

Os negros ficaram sujeitos a diversas intempéries. Tiveram que deixar áreas que passaram a ser ocupadas por grileiros. Outros continuaram em áreas em regime de semisservidão ou uma espécie de escravidão velada. O sistema escravista foi extinto em 1888, porém o Estado não garantia ao negro o acesso à terra. O direito de permanecerem em Mesquita foi objeto de uma luta contínua dos mesquitenses frente às condições políticas e econômicas alheias a eles. Parte das terras que seriam de direito dos quilombolas foram apropriadas por grileiros, o que significou uma perda inestimável.

A construção de rodovias e a chegada, em 1913, da estrada de ferro em Goiás, ligando o estado ao sudeste brasileiro abriu possibilidades de comercialização para a região (MARINHO e DANTAS, 2017). Esse período é marcado pela abundância na produção do marmelo e do seu doce. Com a abertura de rodovias e da estrada de ferro, cresceu a demanda pelo doce, que era vendido pelos quilombolas em Santa Luzia, de onde era transportado para outras regiões do Brasil. A produção do marmelo e do seu doce era encabeçada pelo líder comunitário Aleixo Pereira Braga. O sucesso no empreendimento, que conferiu aos quilombolas autonomia, colocou Aleixo Braga numa espécie de posição de herói, dada a sua força organizadora e de natureza coletiva, que tinha na produção do marmelo e da marmelada um elemento de constituição da identidade quilombola.

A memória dos quilombolas remete constantemente às lembranças dessas figuras emblemáticas - as escravas "heroínas" e depois o líder comunitário. Aleixo Braga "é filho de José Pereira Braga e de Maria do Nascimento que, por sua vez, segundo o mito de origem, é a descendente direta de uma das três escravas que herdaram a terra. Ou seja, Aleixo é neto de uma das 'heroínas fundadoras'" (BRAGA e MARTINS, 2011, p. 100). O mito de origem fundado nessas figuras emblemáticas, associado ao sentimento de pertencimento ao lugar, à tradição na produção do marmelo e marmelada – que é um marco na afirmação do território -, à religiosidade popular, e às especificidades dos modos

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

de organização social, vida familiar, trabalho etc funcionam como vetores de constituição e afirmação da identidade mesquitense.

O modelo tradicional de produção era baseado em trocas intra-familiares. O que estruturava essas trocas era a rede de reciprocidade que se estabelecia entre os grupos domésticos. Não apenas o porco ou qualquer mantimento era a forma de pagamento, mas a certeza de que assim como se prestou um serviço a um familiar, certamente ele fará o mesmo. As trocas e o trabalho coletivo eram os mantenedores desta vida social e funcionavam como rodízio entre as terras de produção.

(...)

Outra forma tradicional de produção era a "meia". Usavam uma só terra para cultivo e dividiam o que dela se extraía. No mesmo sentido, trabalhar na "meia" para a família significava agregação de trabalho e o uso comum das terras - ao contrário do que ocorria quando se trabalhava na "meia" para um fazendeiro, que disponibilizava a terra para a comunidade rural subordinando-os ao trabalho. (BRAGA e MARTINS, 2011, p. 100).

Assim, se tecia relações de reciprocidade, de confiança, em que todos se beneficiavam, tendo a terra com um bem comum onde se constitui as relações que inscrevem sentidos e demarcam o espaço de territorialização. O que é hoje o território quilombola é apenas uma pequena parte de toda a extensão que ocuparam seus antepassados. Dos 4.160 hectares identificados e delimitados pelo Incra, somente 761 hectares estão sob posse dos quilombolas.

Segundo Ribeiro (2014), a Lei de Terras teve impacto na reorganização dos diversos grupos sociais e na configuração da malha fundiária do território. Alguns quilombolas fixaram-se em áreas, cujas delimitações se estabeleceram dentro da cosmologia mesquitense. Porém, grande parte das terras de direito dos quilombolas ainda não foram regularizadas até o momento, ano de 2022, ficando esses grupos vulneráveis às investidas externas.

Outros [quilombolas mesquitenses] se apossaram, ou mesmo receberam doações de terras daqueles senhores que, desistindo do empreito, largaram todo o resto. Muitos grupos foram e ainda serão vítimas de despejos com a chegada dos reais ou supostos donos. E todos aqueles

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

que desfrutavam da cercania de uma imensidão de terras presenciaram as cercas subindo e delimitando propriedades no transcurso do século XX. Assim as populações negras no rural goiano, adaptaram-se às intempéries, criando as mais diversas estratégias de sobrevivência, testemunhando uma série de modificações da sociedade da qual faziam parte, mesmo enquanto segmento marginalizado.

Estes processos sofridos por elas ainda alcançam a atualidade já no século XXI, por conta das pressões sofridas pelos investidores da agricultura extensiva e da especulação imobiliária.

Referências

BRAGA, André Garcia & MARTINS, Roberta Silva. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID**. Comunidade Quilombola de Mesquita. Brasília, 2011.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Certificação Quilombola**, 2021. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 10 ago 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 240-262.

MARINHO, Rômulo Hemilton Rocha & DANTAS, Dallys. A formação da Estrada de Ferro Goiás e a urbanização no Sudeste Goiano na primeira metade do século XX. **Ateliê Geográfico**, vol. 11, n. 3, p. 213-234, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie>>, Acesso em: 09 dez. 2021.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

PALACÍN, Luis. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822 - estrutura e conjuntura numa capitania de Minas.** Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800.** 2017. 442 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

RIBEIRO, Antonia da Silva Samir. **Saberes tradicionais e educação ambiental: encontros e desencontros no Quilombo Mesquita – Goiás.** 2014. 290 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SALDAGO, Thatiana Rodrigues. Atividades comerciais durante o período colonial em Goiás - Brasil. **Mercator**, Fortaleza, vol. 18, p. 1-16, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/phZB7QPnwcXKsx5QPj4kdwD/?format=pdf&lang=pt>>, Acesso em: 07 ago. 2021.